

A historiografia brasileira e as idéias de Gramsci

Lincoln Secco

Como citar: SECCO, L. A historiografia brasileira e as idéias de Gramsci. *In:* DEL ROIO, M. (org.). **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 87-100. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-04-8.p87-100>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A historiografia brasileira e as idéias de Gramsci

Lincoln Secco¹

Houve Marx e o marxismo, incluindo aí Gramsci. Em primeiro lugar, o marxismo sublinhou a conexão absolutamente essencial entre o mundo das idéias e sentimentos e a base econômica (...). Em segundo lugar, o modelo marxista da base e superestrutura, apesar do que possam pensar a seu respeito, implica, afinal de contas, uma consideração da superestrutura também como uma base, ou seja, a importância das idéias. (Eric Hobsbawm).²

1 Introdução

A recepção das idéias de Gramsci no Brasil deu-se precisamente a partir de meados dos anos 1970. Coincidiu com o *boom gramsciano* de publicações na Itália e em outros países. Nos anos 1960, houve interesse restrito a intelectuais de esquerda fora dos círculos universitários mais influentes, o que redundaria na publicação dos principais livros de Gramsci em português. Não há referências significativas a Gramsci no Brasil desde a sua primeira citação em jornal, em 1927, até a publicação dos primeiros artigos e resenhas sobre sua obra nos anos 1960.³ Dessa forma, os historiadores, assim como pedagogos, teólogos e cientistas sociais demoraram a incorporar Gramsci nos seus quadros referenciais de análise.

Florestan Fernandes foi pioneiro num tipo de abordagem da Revolução burguesa no Brasil como fenômeno histórico multissecular e diluído no tempo (uma revolução passiva)⁴ no qual as transformações econômicas e

¹ Professor do Departamento de História da USP.

² HOBBSAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.198.

³ Sobre este tema, vide: SECCO, L. *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. Id. *A recepção das idéias de Gramsci no Brasil*. São Paulo: USP, 1998 (dissertação de mestrado, na qual se encontra parte deste artigo). SECCO, L. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006 (obra que reúne parte da dissertação referida e artigos escritos posteriormente). Sobre a América Latina vide: KANOSSI, D. (Org). *Gramsci em America*. México: Plaza y Valdés, 2000.

⁴ É importante observar que Florestan cita o livro de Gramsci sobre o *Risorgimento* italiano, onde se desenvolve o referido conceito. Mas Florestan Fernandes considerava (como de fato era em alguma medida nos anos 1970) as discussões sobre Gramsci um pouco extemporâneas, pois o marxismo brasileiro, vivendo de ondas provenientes do exterior e sem um real embasamento em reflexões originais produzidas nos movimentos políticos, absorvia os autores europeus como "moda". FERNANDES, F. A *revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

culturais foram realizadas *pelo alto*, a partir da iniciativa estatal e restrita aos privilegiados. Os negros, por exemplo, ficaram à margem da transição do trabalho escravo ao assalariado como parias, subclasse.

Essa revolução passiva acabou por deixar uma série de reformas tipicamente capitalistas ainda por fazer: reforma agrária, revolução nacional e democrática, revolução educacional e outras que foram feitas pelas burguesias da Europa ocidental foram negadas pela burguesia brasileira. Tal fato impõe outras tarefas à revolução socialista. No período em que foi militante do Partido dos Trabalhadores, Florestan Fernandes destacou-se não só por usar conceitos gramscianos no estudo da transição conservadora da ditadura à democracia depois de 1985, entendida como momento de desagregação e recomposição da hegemonia de um bloco histórico,⁵ mas também por formular politicamente a necessidade imperiosa da luta por reformas dentro da ordem, pois na periferia do capitalismo as reformas que foram negadas pela burguesia tornam-se *exigências socialistas*.⁶

Fora da sociologia acadêmica, houve aqueles que, mesmo no interior da universidade, fizeram trabalhos "partidários", voltados para a releitura crítica do seu passado. Cabe um parêntese ao grupo de historiadores e cientistas sociais próximos da elaboração "eurocomunista" do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1970 e 1980. Desprovidos de real influência de massas, perseguidos pela ditadura militar, aos comunistas só restava a contenda literária, onde a luta política era inconcebível. O PCB, nesse período, defendeu um amplo arco de alianças pela superação pacífica da ditadura, baseado num projeto político liberal-democrático. Por essa razão, aliou-se ao PMDB e ao PFL para ajudar a eleger, pela via indireta, o presidente Tancredo Neves. Os intelectuais comunistas desse período, passaram a investigar na história do partido uma espécie de "PCB das origens" (fenômeno parecido ao que ocorreu em alguns setores do PT em fins dos anos 1980) e na história mais geral, o liberalismo brasileiro, a linha de Bukharin na Internacional Comunista e a trajetória de Gramsci na Itália e...no Brasil.

O "PCB original" servia para corroborar a política de alianças de um "novo PCB" dos anos 1970-80. Um PCB aberto à cultura liberal e sem Prestes (que rompera com o partido no início dos anos 80). É a busca, no passado, de um programa para o presente, ou como diria Gramsci: "As interpretações do passado, quando se buscam suas deficiências e erros, não são objeto da história, mas de uma política atual em gérmen". Se toda historiografia, por mais que se pretenda científica, é também (ainda que não inteiramente) história do presente, é a sua crítica e superação constante que permite esclarecer seus pressupostos ideológicos, sem ocultar os eventuais méritos.

⁵Fernandes, F. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p. 257.

⁶Ibidem, p.117. A reflexão teórica daquele que foi o maior intelectual a integrar as fileiras petistas não teve suas idéias absorvidas organicamente pelo seu partido.

Foi preciso projetar naquilo que passou um suposto programa político que se perdeu em alguma curva perigosa da história. Para isso “exumaram-se” os cadáveres do prestígio e do stalinismo, enquanto os mortos do terror soviético, como Bukharin, foram reabilitados.⁷ Os temas que aparecem nessa historiografia, são os dos anos 1970-80, transpostos seja para os anos 20 e 30, seja para o final do século passado: cultura liberal, cidadania, democracia, alianças, transição política.⁸ Evidentemente, uma dose de “presentismo” é inevitável a qualquer trabalho historiográfico, e não é esse fato que está sob avaliação aqui, mas sim a investigação sobre como a conjuntura política dos anos 1970-80, de alguma maneira, forneceu o ambiente em que vários Autores “reescreveram” a história do comunismo brasileiro.

Marcos del Roio e Michel Zaidan Filho são dois exemplos significativos. Zaidan fez publicar, em 1985, seu livro *PCB (1922-1929) - na busca das origens de uma marxismo nacional*, onde insiste numa subordinação apenas *relativa* do PCB à Internacional Comunista (IC) em termos de elaboração política, de modo que a teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa, de Otávio Brandão, seria uma elaboração independente, a qual foi deixada de lado com o grande *tournant* de 1929.⁹ Não fosse a intervenção exógena do secretariado sul-americano da IC no PCB e talvez o grupo dirigente comunista teria forjado um programa nacional-popular alternativo que teria mudado os rumos do país.

O trabalho de Del Roio, *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935* é mais profundo,¹⁰ baseando-se numa intensa pesquisa histórica. Para Del Roio, a Revolução Burguesa no Brasil foi um processo diluído no tempo (remete-se a Florestan Fernandes). Nessa revolução, tanto a burguesia, quanto a classe operária (representada na análise pelo PCB)¹¹ foram incapazes de se tornar sujeitos políticos dotados de um projeto estratégico de “desenvolvimento das forças produtivas pela via

⁷A. R. Bertelli, também ligado ao PCB, organizou e editou uma coletânea sobre Bukharin, onde há inclusive um texto de Gramsci. Vários autores. *Bukharin*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

⁸BRANDÃO, G. *A Esquerda Positiva*, de evidente inspiração gramsciana e escrito com estilo cativante, integra esse mesmo esforço de integrar o PCB num amplo arco de alianças democráticas. Embora sem uma pesquisa histórica original, o livro considera que as origens do PCB e da esquerda em geral, via republicanismo, localizam-se na “ala esquerda do liberalismo” (p.79).

⁹ZAIDAN Fº, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de uma marxismo nacional*, p.46.

¹⁰DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1986.

¹¹O PCB é, para o Autor, a “única organização ligada à classe operária que, por seus princípios e concepções histórico-políticas universalizantes, tinha condições de trabalhar num projeto nacional-popular”. Del Roio, M. *Op.cit.*, p. 316. O autor publicou, em 1998, sua erudita tese de doutorado, onde faz um uso livre das principais categorias gramscianas, como Ocidente, Revolução Passiva, Hegemonia e Bloco Histórico, para explicar o processo multissecular de ocidentalização do mundo. DEL ROIO, M. *O Império universal e seus antípodas*. São Paulo: ícone, 1998.

democrática”, onde estariam presentes a “questão da democracia” e a “generalização do estatuto da cidadania”. Essa incapacidade derivou da ausência de um sistema de alianças progressista, baseado numa cultura política liberal.

Num estudo percuciente e que se destaca perante os demais exemplares dessa historiografia pela excelente pesquisa empírica, Del Roio diz que a alternativa operária só poderia se efetivar com “a consolidação do pensamento crítico marxista na vanguarda operária disposta a selar uma aliança estratégica com as camadas médias urbanas, norteadas por uma proposta democrática de inspiração liberal”.¹² O que importa é ver nessa reavaliação histórica do PCB que não faltou uma certa inspiração gramsciana, particularmente do conceito de bloco histórico, ainda que se manifeste de modo sutil na análise do Autor. O tema das alianças aparece nas difíceis relações do partido com os sindicatos e no Bloco Operário Camponês dos anos 1920.

Marco Aurélio Nogueira, historiador do liberalismo de Joaquim Nabuco,¹³ projeta o tema da transição política, sob hegemonia liberal (importante nos anos 1984-85), no Brasil oitocentista. Nogueira viu em Nabuco o liberalismo mais consequente numa realidade ainda “pouco capitalista”, que “não se ajustava” aos princípios liberais clássicos, mais prussiana do que liberal, mais afeita à *revolução passiva* do que às transformações populares, e que nunca encontrou sujeitos sociais e políticos consistentes que lhe dessem suporte. A coroa imperial era adepta de técnicas “transformistas”, de cooptação e reforma pelo alto, fato que será repetido pela República. Nabuco se manterá imune a essa cooptação. O Autor considerava Nabuco o teórico do “avanço sem rupturas radicais”. Leitura sintomática de um momento (1979-84) em que o Brasil transita da ditadura militar à depois chamada “Nova República”.

Outros autores se valeram de categorias gramscianas em estudos da realidade brasileira. Por exemplo, Carlos Nelson Coutinho, que estudou os intelectuais brasileiros, a questão democrática no socialismo, a literatura brasileira e vários outros temas; Marilena Chauí,¹⁴ que usou o conceito de *nacional-popular* na cultura brasileira, no bojo de uma retomada significativa da discussão cultural, numa esquerda que se pretendia mais plural, que emergia da agonia da ditadura militar. Outro exemplo foi o livro de Carlos Guilherme Mota, mais pela temática ou objeto de pesquisa (os intelectuais) do que por algumas referências a Gramsci. Publicado em 1977 o livro *Ideologia da cultura brasileira* utiliza-se de uma maneira livre e flexível, do conceito

¹² DEL ROIO, M. 1986, p. 319.

¹³ NOGUEIRA, Marco A. *As Desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Id. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Id. Introdução, In: NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.7-22.

¹⁴ CHAUI, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

gramsciano de intelectual.¹⁵ Nos estudos literários há toda uma inspiração gramsciana por ser rastreada e estudada. Teses universitárias tiveram Gramsci como objeto (por exemplo seus artigos de crítica teatral) e também como fonte. As classes subalternas começaram a ressurgir nas análises dos contos brasileiros via Gramsci. Até o estudo da poesia informou-se em conceitos gramscianos, como foi o caso de Alfredo Bosi.¹⁶

Werneck Viana, que se deteve no sindicalismo e no liberalismo, utilizando particularmente os conceitos de hegemonia e de americanismo e fordismo, também foi exemplo significativo de utilização de categorias gramscianas, pelo seu pioneirismo (1976) e pela sua visão totalizante do conceito de hegemonia, que finca raízes no mundo da produção material e atinge os níveis superestruturais. Articulado ao conceito de hegemonia, o conceito de fordismo será uma das chaves-explicativas da burguesia paulista nos anos 20.¹⁷ É uma temática típica de um período em que a intelectualidade comunista, mais próxima ao PCB, busca as razões da persistente via prussiana pela qual o capitalismo brasileiro muda e ao mesmo tempo se recompõe. A expressão política desses processos é a Revolução Passiva, a modernização conservadora. A pergunta que atormentava os intelectuais é: por que a burguesia brasileira foi incapaz de afirmar-se numa ótica liberal, separada do Estado, baseando seu domínio de classe numa hegemonia ativa, com participação popular na legitimação da ordem? A permanência do tema do liberalismo é sintomática da busca de respostas e alternativas.

Em 1997, Werneck Vianna voltou à discussão dos conceitos de Gramsci, publicando o livro "A Revolução Passiva". A revolução passiva é uma revolução sem revolução, em que a tese e a antítese não se negam radicalmente, antes compõem uma interação recíproca, uma influência mútua e gradual. Ao contrário do que muitos escreveram, ela não foi uma via específica e particular do feudalismo ao capitalismo, ou do Estado aristocrático ao burguês. A Revolução Passiva serve, em Gramsci, para inspirar um projeto de revolução socialista, e é nessa vertente que Werneck Vianna tratará da questão, contrapondo-se às visões que surgiram (com pouca ressonância)

¹⁵ MOTA, Carlos G., *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo: Ática.

¹⁶ BOSI, Alfredo, um dos primeiros a discutirem com mais profundidade o pensamento de Gramsci no boom de 1975 utilizou-se do arsenal teórico do comunista italiano para analisar a obra de Gregório de Matos, entendendo-o como *intelectual tradicional* barroco, dividido entre a auto-identificação com um tipo humano ideal (o nobre, *homem bom*) e a repulsa ao vil fazer dos mercadores (é o intelectual de um momento em que o pensamento burguês ainda luta contra as instituições do velho regime). BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.100-101. Id. *Ceu, inferno*. São Paulo : Atica, 1988.

¹⁷ WERNECK Viana, L. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.71-85. Viana considerou fordista a burguesia industrial paulista dos anos 20, pois estaria presa à fábrica e distante do Estado. O fordismo explicaria o compromisso tácito entre industriais, preocupados com seu mundo da fábrica, e as oligarquias, que disputavam e exerciam o poder político. Mas esse *liberalismo* fordista é antes econômico que político, cabendo-lhe melhor o termo italiano *liberismo*.

em setores da esquerda, que buscaram uma leitura supostamente mais radical de Gramsci. Werneck retomará (mais uma vez) o tema da democracia:

Gramsci, decerto, não pretende converter uma revolução passiva em 'ativa' [...]. Nesse plano, questão-chave é a da democracia — quando os dirigidos têm favorecida a sua passagem à condição de dirigentes — criando-se oportunidades de intensificação e aceleração das transformações moleculares.¹⁸

Para Werneck Vianna, a revolução Passiva é o campo da guerra de posições. Há um paralelismo entre duas situações históricas: 1) o fim do século XVIII assistiu ao terror jacobino, seguido pela restauração, que inaugurou um processo de Revolução Passiva, transformação molecular de sociedades feudais-aristocráticas em modernas economias industriais; 2) Igualmente, a Revolução Russa de 1917, abriu uma nova etapa histórica, mas logo a Revolução foi isolada e submetida a uma espécie de "restauração", uma Revolução Passiva: modernização da produção econômica por via autoritária.

2 O Golpe de 1964 sob a ótica gramsciana

Outro uso rigoroso de conceitos de Gramsci no estudo de um processo social concreto da realidade brasileira foi feito por René Armand Dreifuss, uruguaio, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, numa polêmica tese escrita originalmente em inglês e traduzida em 1981 para o português. Dreifuss investigou as forças sociais e as instituições da sociedade civil que deram respaldo ao golpe de 1964. Categorias como hegemonia e intelectual orgânico são essenciais na explicação proposta pelo Autor. Para ele, o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), representou uma elite orgânica que ocupou os principais postos estratégicos do regime instaurado em 1964. Desse modo, é errado subestimar a ação civil de empresários, banqueiros, tecnocratas e demais intelectuais orgânicos do capitalismo dependente e associado às multinacionais na preparação do golpe.¹⁹ O bloco de poder multinacional e associado incluía não somente seus principais acionistas e diretores de empresas, mas também os intelectuais orgânicos (administradores, gerentes e técnicos) e sua extensão tecnoburocrática nos aparelhos do Estado.²⁰ Uma longa, mas útil, citação é esclarecedora quanto ao papel criativo que os conceitos gramscianos de intelectual orgânico, bloco histórico, hegemonia, sociedade civil e transformismo exercem na obra de Dreifuss:

¹⁸WERNECK Vianna, L. *A Revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1997. p. 79.

¹⁹DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 417.

²⁰ Ibidem, p. 73.

O elemento decisivo em situações históricas é, segundo Antonio Gramsci, o poder de classe organizado em suas formas civis e militares. Tal poder de classe é predisposto para a eventualidade de um período crítico, permitindo que ele avance quando a situação for considerada favorável e necessária. Uma situação é favorável desde que existam tais agentes de domínio de Estado e de ação de classe e que esses estejam minuciosamente preparados. É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais, organizações de classe políticas e ideológicas tornam-se autoridade e força orgânicas de Estado, e é nesse sentido que se pode falar de uma classe 'vir a ser' Estado. Nesse processo, os intelectuais orgânicos são cruciais, como a elite de uma classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, representando e implementando uma preparação estratégica para a ação de uma classe, preparação essa que permite àquela classe reduzir o imponderável a zero. O fato de que tais preparações são estrategicamente inspiradas fica claro em decorrência das observações de um arquétipo de conspirador histórico como foi o Marechal Cordeiro de Farias, figura proeminente nos eventos críticos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e, finalmente, de 1964. O Marechal Cordeiro de Farias, que havia chefiado a Missão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: 'Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios'.²¹

Mais adiante Dreifuss mostra o "processo político e ideológico através do qual os interesses multinacionais associados e seus intelectuais-empresários, políticos e militares - assumiram o controle do Estado". O conceito que utiliza para explicar esse processo é o que Gramsci denomina "transformismo molecular":

Foram criados anéis burocrático-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligaram na sua visão programática das reformas de Estado necessárias formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional associado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, o bloco histórico populista dava sinais de exaustão política.²²

Dreifuss não está preocupado com a temática liberal, mas com a imbricação dos interesses das classes dominantes com o Estado. O tema persistente na história brasileira, nesse caso, não é o do fracasso do liberalismo, mas o da sobrevivência do estatismo e do corporativismo. As vias pelas quais

²¹ DREIFUSS, 1987, p. 105.

²² *Ibidem*, p. 106.

esse corporativismo é superado pela afirmação hegemônica da burguesia dá-se em estreita ligação com o Estado, quase um comitê executivo dos intelectuais orgânicos das elites das classes dominantes. Escrito em fins dos anos 70 e no exterior, esse livro tende a apresentar, ressaltados seus méritos supraditos, uma visão mais conspiratória de certos processos sociais, dando consciência plena aos agentes históricos do golpe de 1964, e aí reside sua força e sua fraqueza. A ditadura, com seus órgãos de repressão ainda plenamente estruturados, mesmo que em decadência, parecia um corpo compacto representativo de oclutos e escusos interesses, o que, seguramente, é uma parte da verdade, mas não toda a verdade.

Além disso, Dreifuss confere um grau extremado de coordenação aos golpistas, quando tudo indica que houve focos desconexo de descontentamento militar desde a posse de Jango. Gorender questionou a tese de Dreifuss, tangenciando mesmo um suposto equívoco na aplicação da teoria de Gramsci:

Deve ficar claro que a articulação golpista não visou a conquista da hegemonia da fração multinacional-associada da burguesia, conforme pretende Dreifuss no seu 1964: a conquista do Estado, incidindo em aplicação equivocada da teoria de Gramsci. A articulação golpista teve em vista o oposto - a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso. Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coube a chefia de toda a classe burguesa.²³

Como se observa, Dreifuss coloca-se numa visão muito diferente dos que acentuam a via prussiana e a Revolução Passiva na explicação do golpe de 1964. Uns afirmam a ausência da hegemonia ativa, mas ele afirma a predominância da ação hegemônica antes do golpe. De qualquer modo, o livro de Dreifuss representou uma visão alternativa de utilização dos conceitos de Gramsci a um processo histórico recente.

3 A Historiografia do Brasil Colonial e Imperial

A influência da teoria de Gramsci também chegou até a historiografia brasileira voltada para a investigação da época colonial e do Império.²⁴ É o

²³ GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, p. 52.

²⁴ Istvan Jancsó, por exemplo, é o autor de importante obra, que inovou a historiografia sobre a Revolução Baiana de 1798, observando nesta, para além do seu caráter meramente popular, a presença da elite, de influência fragmentária, num processo que não chegou a ser revolucionário *stricto sensu*, sendo apenas um "ensaio de sedição". Nessa explicação, a referência ao conceito mais complexo de partido, conforme a teoria de Gramsci, é explicitamente reivindicada. JANCÓS, Istvan. *Na Bahia contra o império*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 182.

exemplo de centralidade da historiografia no conjunto da produção teórica marxista.²⁸ Em *Red and Black*, de 1971, ele opera com o conceito de hegemonia, influenciado pela obra de John Cammett, autor de um estudo sobre Gramsci e as origens do comunismo italiano e também da bibliografia gramsciana, que listou uma enorme quantidade de obras sobre Gramsci das várias partes do mundo. Genovese pretendeu assim negar a idéia errônea de que a ideologia seria apenas um reflexo dos interesses econômicos imediatos: “Uma função essencial da ideologia de uma classe dominante é a de mostrar a si mesma e àqueles a quem domina uma mundividência coerente que seja suficientemente flexível, abrangente e mediadora, a fim de conseguir convencer as classes subalternas da justiça de sua hegemonia”.²⁹

Genovese parece ensaiar a tese de que também a dominação escravista era exercida com algum grau de consentimento dos escravos! Foi *Roll, Jordam, Roll*, de 1974,³⁰ que aprofundou sua nova perspectiva teórica. Aí ele afirma ter sido o paternalismo o traço principal da relação de dominação escravista e que os escravos souberam tirar proveito disso para conquistar melhores condições de vida, o que segundo Stanley Elkins, foi um verdadeiro “abuso da teoria de Gramsci sobre a hegemonia da ideologia da classe dominante aceita pelo consenso da classe dominada”.³¹ Em *From rebellion to revolution*, Genovese mostrou que os senhores de escravos tiveram que estabelecer, ao lado da violência física e virtual, “uma hegemonia social, a fim de mitigar ou legitimar a exploração econômica brutal”.³²

Num dos seus últimos livros influentes publicados no Brasil, *A Terra Prometida*, Genovese utiliza o conceito de hegemonia para estudar o direito escravista do sul dos EUA. Arrimado em processos judiciais, o autor mostra a função hegemônica de um direito dualista. A dualidade consistia no fato de que a classe senhorial tentava restringir coletivamente os direitos individuais dos senhores de escravos com o fito de associar ao seu poder coercitivo uma certa esperança e crença dos escravos numa ordem legal constituída. Mas ao mesmo tempo era preciso dar aos senhores, como indivíduos, total poder sobre seus escravos (coisas). Instalava-se uma contradição. O escravo podia ser coisa, objeto, mas precisava ser considerado sujeito quando cometia um crime. Por outro lado, para prevenir rebeliões de escravos e criar um sistema com o mínimo de consenso e hegemonia, era preciso coibir abusos dos senhores, o que conflitava com a idéia básica da escravidão, que reduz o escravo a uma extensão da vontade do seu senhor. Além de ser “fenomenologicamente impossível” essa idéia era limitada pela própria justiça do Estado senhorial

²⁸ GENOVESE, E. *The World the slaveholders made*. New York, pantheon books, 1969, p. X.

²⁹ Idem *Red and black: Marxian explorations in southern and afro-american history*. Nova York:, 1971, p.33.

³⁰ Tradução brasileira: GENOVESE, E. *A Terra prometida*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988.

³¹ Apud GORENDER, J. *O escravismo colonial*, 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1988. p. 282.

³² Idem. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983, p.15.

caso de Ilmar Rohloff de Mattos, que se utiliza dos conceitos de Gramsci em constante diálogo com as especificidades históricas, em sua tese acerca do “tempo saquarema”. As categorias com as quais opera (classe senhorial, Estado e dirigentes saquaremas) sofrem um deslocamento e uma ampliação. O estado imperial não se reduz aos aparatos repressivos, nem sua função exclusiva é a dominação, ele é o “locus dos dirigentes saquaremas, isto é, daqueles que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral”, sendo, portanto, “os intelectuais da classe senhorial em constituição”.²⁵

O resgate de toda a miscelânea historiográfica em que essa influência gramsciana se diluiu, particularmente no estudo do sistema escravista, mereceria uma pesquisa, posto que Gramsci é mediado pela obra de dois historiadores marxistas, o inglês Eduard Palmer Thompson e o norte-americano Eugene Genovese, e é incorporado ao mesmo tempo em que se faz valer a incidência de um conjunto de historiadores franceses da *nouvelle histoire*, que exerceu profundo impacto nos historiadores brasileiros. Os historiadores desvelaram novos objetos, geralmente alheios às preocupações dos historiadores marxistas tradicionais — o que Gramsci chamou de “popular” *em parte* (e apenas *em parte*) coincide com o conceito de mentalidade (religiosidade popular, senso comum, folclore, provérbios, mudanças linguísticas, sexualidade, sonhos etc), ressaltando-se que o tratamento do tema tem objetivos diversos. Também o tema da história dos marginais, excluídos, vencidos e esquecidos, presente nos *Quaderni del Carcere*, emergiu na *nouvelle histoire*, especialmente em sua geração que despontou nos anos 1979, depois e, em alguma medida, contra a história de tendência mais totalizante defendida por Fernand Braudel.²⁶ Embora os novíssimos *Annales* franceses reivindicassem a paternidade de Lucien Febvre e Marc Bloch, autores de obras seminais no campo da história das mentalidades.

A historiografia acadêmica brasileira começou a absorver Gramsci por múltiplas mediações e nem sempre com plena consciência dessa absorção. Uma delas foi Genovese. Eugene Genovese transitou de uma interpretação marxista clássica da escravidão no período colonial das Américas para uma incorporação das teses de Gramsci. Depois do seu estudo clássico dos anos 60,²⁷ Genovese passou a incorporar, segundo o *espírito da época*, as teorias de Mao Tsetung e Antonio Gramsci. Seu pressuposto era o de que esses dois pensadores marxistas contribuíram muito mais do que os teóricos abstratos, que engessavam o marxismo em “manuais de materialismo histórico”, porque, através de cuidadoso tratamento de questões particulares, com base empírica, construíram brilhantes sínteses históricas e sociológicas (como *Il Risorgimento* e *Análise de classes da sociedade chinesa*). Gramsci aparece a Genovese como

²⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p.3 e 157.

²⁶ DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁷ GENOVESE, E. *Économie politique de l'esclavage*. Paris: Maspero, 1968.

que, involuntariamente, reconhecia a subjetividade do escravo. Essa aceitação da subjetividade foi, é evidente, conquistada com luta. Para Genovese é a idéia de hegemonia “que a partir de Gramsci passou a ocupar posição central no marxismo ocidental” que preside o seu trabalho. A hegemonia é “a capacidade de uma determinada classe conter esses antagonismos num domínio em que sua legitimidade não seja perigosamente contestada”.³³

O historiador Jacob Gorender questionou as posições teórico-metodológicas de Genovese em seu *Escravidão colonial*, onde pretendeu estudar a história do Brasil dentro de um nível “categorial-sistemático” e das categorias plurimodais e omnimodais (que se referem a vários modos de produção), para além da pura narrativa factual, propondo o conceito de modo de produção escravista colonial, historicamente novo, com leis próprias e diferenciado tanto da escravidão antiga e do feudalismo medieval quanto do capitalismo moderno. Em *O Escravidão Colonial* (1978), obra polêmica que quis elevar a discussão historiográfica a um novo patamar conceitual, Gorender se contrapôs ao uso (e abuso) do historicismo gramsciano. Se é verdade que a chegada da historiografia brasileira ao nível do singular e do acontecimento único e irrepitível representou um avanço, esse não seria o “termo da escalada”, pois caberia agora atingir o nível “categorial-sistemático”. Gorender se opõe ao historicismo puro, factual, singular, enfim, joga-se contra a História *événementielle*, que busca o “ideal epistemológico de uma concepção imanentista da história”. A medida em que os liames entre os eventos históricos são estabelecidos pelo historiador, é inevitável recair num princípio transcendente, posto que, mesmo quando o historiador considera-se *reflexo* dos fatos e deixa-os concatenarem-se arbitrariamente, erige o acaso como categoria filosófica de estatuto semelhante ao determinismo e à necessidade. Todo encadeamento de fatos já é uma escolha, dentro de uma postura epistemológica.

Com essa perspectiva “categorial-sistemática”, propositor de um método genético-estrutural, que apanharia as singularidades, mas não perderia de vista as uniformidades de seqüência, as “relações recorrentes”, Gorender questionava o olhar historicista gramsciano:

O historicismo separou a cultura da natureza e parecia alcançar o ideal epistemológico de uma concepção imanentista da história. A tal ponto se identificou com o prestígio desse ideal cognoscitivo que Gramsci não criticou Croce por ser historicista, mas por não o ser verdadeiramente, por ainda conceber a história à maneira especulativa. Donde, diria Gramsci, o imanentismo hegeliano se tornaria historicismo absoluto somente com a filosofia da práxis, isto é, com o materialismo histórico. Unicamente com este, a concepção imanente, a concepção imanentista ter-se-ia despojado de todo aroma especulativo e se reduzido a pura história ou historicidade, equivalente de puro humanismo.³⁴

³³ GENOVESE, E. 1988, p.48-76.

³⁴ GORENDER, J. 1988. p. 18.

Gorender criticou Eugene Genovese por este “retroceder” às teses de Gilberto Freyre (paternalismo), o festejado escritor pernambucano, pródigo em transformar uma prosa dialética numa miríade de detalhes e desvios que serpenteiam pelos contrastes fundamentais da sociedade até diluir seus “pares antagônicos”, como disse Carlos Guilherme Mota.³⁵ Além disso, Gorender afirmou o caráter secundário da característica patriarcal em relação à função mercantil da *plantation* escravista.³⁶ Em outra obra referente ao tema da escravidão, Gorender fez um balanço crítico de toda a historiografia que, segundo ele, pretendeu “reabilitar a escravidão” e buscar na documentação os pleitos judiciais e episódios em que os escravos conseguiram reclamar seus direitos. A fonte (Genovese) teria sido responsável não só por superdimensionar o papel da direção intelectual e moral (consentimento) na ordem escravocrata, mas também por igualar os escravos e os senhores no plano de direção da sociedade como criadores da lei. No caso dos historiadores brasileiros se daria uma “apropriação indébita” de uma distorção: “Genovese recorreu abusivamente às teses de Gramsci. Pior ainda se dá com os historiadores brasileiros, que nunca leram Gramsci e o invocam por meio de Genovese”.³⁷

Outra inspiração dos historiadores brasileiros dos anos 1980 foi Eduard Palmer Thompson. No seu clássico *A Formação da classe operária inglesa*, ele mostrou as diversas formas ideológicas que os predecessores do movimento operário cartista assumiram, bem como o papel importante da luta operária no interior da legalidade, mesmo de uma sociedade oligárquica, como a inglesa do século XVIII. Alguns resultados obtidos pelos trabalhadores da sociedade londrina de correspondência contrariaram a lógica da dominação burguesa.³⁸ Thompson também revelou, numa implícita perspectiva aberta por Gramsci, que a lei não podia nunca ter sido mero instrumento de dominação, mistificação e máscara da dominação de classe, ela era também o terreno comum em que as classes lutavam e, muitas vezes os trabalhadores podiam defender seus direitos com eficácia.³⁹

Os historiadores que sofreram a influência thompsoniana e a de Genovese entre outros foram: Gebara, Vainfas, Kátia Mattoso, Chalhoub (com quem Gorender travou violenta polêmica)⁴⁰... a lista é grande e nela se destacava o Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas

³⁵ MOTA, C. G. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): (pontos de partida para uma revisão histórica). São Paulo: Ática, 1980, p. 68.

³⁶ Ibidem., p. 283.

³⁷ Id. *A Escravidão Reabilitada*. S. Paulo: Ática, 1990, p. 29.

³⁸ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit., 3 volumes.

³⁹ Id. *Senhores e Caçadores*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 353.

⁴⁰ GORENDER, J. Como era bom ser escravo no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1990.

(Estado de São Paulo), a Unicamp. Maria Lúcia Lamounier, v.gr., transferiu a noção thompsoniana do direito para o Brasil oitocentista: “A lei, ao agenciar as relações entre as classes, definindo um campo (também simbólico) de ação dos homens, não pode ser de forma evidente parcial e injusta”.⁴¹

Ronaldo Vainfas dizia que a escravidão supunha algum acordo ou pacto social,⁴² numa implícita leitura digerida, consciente ou não, de Gramsci, onde o conceito de consenso cumpre um papel criativo na releitura do passado colonial. Outros historiadores, como Stuart Schwartz, notabilizaram-se pela descoberta de documentos comprobatórios da *negociação* no interior da sociedade escravista. Schwartz apareceu na grande imprensa nos anos 1980 depois de descobrir um documento notável intitulado “Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados”, ou seja, era uma inusitada “greve de escravos”! Mas com base empírica tão pequena seria difícil sustentar a idéia de negociação e consenso na sociedade escravista, algo que foi tentado através do levantamento de documentação referente a processos judiciários.

Emília Viotti se contrapôs ao que entendeu ser um exagero da valorização do chamado “discurso do escravo” ou “discurso do oprimido”, asseverando que esse discurso é lacunar e não existe num vazio, pois está em relação com outros discursos que são visões fragmentárias do processo histórico, que não têm consciência das forças impessoais e coletivas da história.⁴³

4 Nova Agenda

A historiografia sobre o período colonial, a partir dos anos 1990, deslocou-se das questões acima citadas para o debate acerca do caráter sistêmico do colonialismo lusitano. Historiadores radicados no Rio de Janeiro⁴⁴ se insurgiram contra a abordagem considerada “tradicional” por eles, ou clássica, por outros, a saber: aquela derivada dos estudos de Caio Prado Jr. e que encontraram tradução acadêmica na tese de Fernando Novais sobre a crise do antigo sistema colonial.⁴⁵ Debate muito mais “estrutural” do que culturalista, ele envolve referências a categorias da crítica da economia política, ainda que guarde espaço para a discussão de projetos políticos situados no passado. Mas os trabalhos de História da família, acerca das migrações internas

⁴¹Id. *Escravidão Reabilitada...*, cit., p. 30.

⁴²VAINFAS, R. *Ideologia e Escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 42-3.

⁴³VIOTTI DA COSTA, E. *História, metáfora e memória: a revolta dos escravos de 1823 em Demerara*, *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São. Paulo, 1988.

⁴⁴Vide por exemplo: FRAGOSO, Ribeiro. *Homens de grossa aventura : acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁴⁵PRADO JR., Caio da Silva *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ao Brasil (em contraste com o relevo dado no passado aos imigrantes estrangeiros) e de história regional deixam em aberto a possível incorporação dos estudos gramscianos sobre a questão meridional. Algo que pode também interessar aos geógrafos, ávidos por discutir as crises pelas quais sempre passa a sua disciplina.

A história política, nunca esquecida e ainda exercitada por muitos pesquisadores, não pode mais prescindir de temas como a democracia e os novos sujeitos ligados à esquerda e que se definem mais pelo gênero, etnia, identidades culturais e locais do que pela classe. Como lidar com isso tudo sem perder de vista algum critério totalizante das classes subalternas? O mesmo diga-se da luta pela terra, sempre renovada no Brasil e ainda carente de investigações que vão adiante do discurso da sociologia rural e situem no tempo histórico e no espaço as ações pela reforma agrária (aqui é vital a contribuição de uma geografia agrária que opere a síntese de várias outras disciplinas e consiga espacializar e geografizar as movimentações políticas, econômicas e pedagógicas dos sem terra no Brasil, bem como sua memória histórica). A Geografia, esta ciência sempre aberta às inovações e que, na França, respondeu pelos primeiros influxos que revolucionaram a própria história, ainda deve estudos mais sistemáticos sobre as contribuições de Gramsci acerca da questão territorial e também análises concretas de questões regionais candentes como a da crise urbana, a das favelas e a da disputa entre o Estado e poderes paralelos que se expressam territorialmente em partes das grandes metrópoles.

Por fim, a história do capitalismo, numa vertente braudeliana,⁴⁶ a partir dos conceitos de centro e periferia, feita por Giovanni Arrighi,⁴⁷ não deixa de fazer alusões ao conceito de hegemonia aplicado às relações internacionais. Há um espaço de diálogo grande com as idéias de Gramsci tanto nas novas discussões acadêmicas com especialistas em relações internacionais quanto entre estes e os historiadores da diplomacia, da política e da economia.

⁴⁶ Vide também: WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. V. I, II e III. México: Siglo Veintiuno, 1996.

⁴⁷ ARRIGHI, G. *O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Contraponto; Unesp, 1996. Também: Id. *I cicli sistemici di accumulazione : le trasformazioni egemoniche dell'economia- mondo capitalistica*. Catanzaro: Rubbettino, 1999.